

Artigo original
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro
ISSN: 1809-1261
UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

Recebido em: 8/3/2014
Avaliado em: 13/4/2014
Aprovado em: 16/5/2014

Cooperação Sul-Sul Brasil África: Mais do Mesmo ou Mudanças de Paradigmas?

OLIVEIRA, Adrilane Batista de¹ e SILVEIRA, Camila Doyle²

Resumo: A África é grande receptora de programas de cooperação internacional, estes em sua grande maioria na modalidade de ajuda internacional. Essa cooperação prestada ao continente, contudo, foi alvo de críticas por conta da assimetria de poderes estabelecida entre os países contratantes na execução dos programas. Em resposta a este cenário, se observou um movimento de alinhamento entre os países africanos com demais países em desenvolvimento, em busca de maior horizontalidade nas parcerias para a cooperação internacional. Neste sentido, a Cooperação Sul – Sul, pautada em preceitos como as relações igualitárias entre os países, bem como a soberania e solidariedade internacionais, surge como uma alternativa aos projetos firmados em uma lógica Norte-Sul. Essa lógica de equidade nas relações entre os países além orientar a política brasileira de cooperação internacional para a África, tem sido também uma interessante ferramenta de inserção internacional do país.

Este artigo tem como objetivo analisar evolução da cooperação internacional para o desenvolvimento prestada pelo governo brasileiro aos países africanos entre (1964 – 2010), comparando o grau de "horizontalidade" desta cooperação em comparação à prestada por países desenvolvidos.

Palavras Chave : Cooperação Internacional, Relações Brasil- África, Política Externa Governo Lula.

Abstract: Africa is the major receptor of international cooperation programs. These, for the most part, in the area of international aid. However, this type of international cooperation provided to the continent has been criticized due to the power asymmetry established between contrasting countries in the program execution. In answer to this scenery, it has been observed a movement of alignment among African countries and other developing

¹Doutoranda em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB).

² Bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Educação Superior de Brasília.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

countries, in search of a more horizontal partnership to the international cooperation. Accordingly, South-South Cooperation, ruled in principles such as equalitarian relations between countries, as well as international sovereignty and solidarity, arises as an alternative to projects executed in the North-South logic. This logic of fairness in the relations amid countries, in addition to guiding the Brazilian policy of international cooperation towards Africa, it also has been an interesting tool for the country's international insertion. The objective of this article is to analyze the evolution of international development cooperation provided by the Brazilian government to African countries between 1964 and 2010, comparing the degree of "horizontality" of this form of cooperation in comparison to the cooperation given by developed countries.

Key-words: International Cooperation.. Lula's foreign policy.. Brazil-Africa relations.

Introdução

A política brasileira para a cooperação internacional tem como preceito orientador a horizontalidade nas relações firmadas com os países receptores dos programas. Esta orientação é justificada pela perspectiva de proporcionar maiores ganhos, em termos de conhecimento ou de benefícios materiais, aos países receptores desta política. O Brasil trabalha com diferentes tipos de cooperação, dentre elas: a horizontal, entre os países em desenvolvimento, recebida do exterior e a triangular.

As cooperações internacionais têm como base teórica a partilha de idéias e conhecimentos para a promoção do desenvolvimento do país cooperado. No que tange à construção de alianças preferenciais, o Brasil tem optado por parcerias no âmbito das relações Sul – Sul. Assim sendo, o continente africano representa uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos do governo.

O presente artigo tem como objetivo analisar a evolução da política brasileira de cooperação para com os países africanos e seu grau de horizontalidade, se comparada à política similar executada por países desenvolvidos. A análise desse tema se justifica na crescente participação

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

brasileira em atividades de cooperação com países em desenvolvimento. É destacada a cooperação internacional para o desenvolvimento durante a gestão do presidente Lula, tendo em vista a ascensão da mesma nesse período.

Para a elaboração deste artigo, as autoras lançarão mão de pesquisa bibliográfica sobre o assunto, além de estudo de caso de um projeto de cooperação internacional brasileiro em Moçambique a fim de verificar o grau de influência do programa sobre a realidade local.

O artigo está dividido em quatro seções além desta introdução. Na segunda seção será apresentado um breve histórico da evolução da cooperação internacional no sistema internacional. A terceira seção trará também histórico da cooperação brasileira firmada com o governo africano a partir de 1960 até 2010. Na quarta e última seção se fará uma análise do funcionamento, dos impactos e dos resultados que um projeto brasileiro no âmbito da cooperação Sul-Sul pode produzir, tomando como base um estudo de caso do programa “Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique”, considerado um exemplo de cooperação Sul-Sul bem sucedida.

Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento

A Cooperação Internacional tem como grande marco inicial o pós 2ª Guerra Mundial. Isso porque a Europa ficou devastada não só estruturalmente como economicamente. A partir desse momento, observou-se o surgimento do sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento dos países por meio de projetos de assistência.

O famoso discurso presidente norte-americano Harry Truman, conhecido como Ponto IV, esboçava a construção de um modelo de cooperação para o desenvolvimento. Em seu discurso, Truman argumenta que deve haver o compartilhamento do conhecimento técnico para as nações que desejam a paz, com o intuito de auxiliar no bem-estar da sociedade, além de fazer cooperação como forma de promover o investimento a países que carecem de

Artigo original
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro
ISSN: 1809-1261
UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.
desenvolvimento.

O discurso proferido por Truman apontava quatro pontos a serem seguidos: 1) Apoio à Organização das Nações Unidas (ONU); 2) continuidade dos programas de recuperação da economia mundial; 3) revigoração do sistema de proteção “nações amantes da paz” (*peace-loving nations*) e; 4) instituição de um programa que visasse a transferência e disponibilização de benefícios surgidos para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas. Alinhado a este discurso “cooperativo” surge nesse mesmo momento o Plano Marshall, cuja meta era de reconstrução da Europa. Atrás do discurso de cooperação entre as nações, havia também um tumescente desejo de crescimento da economia estado unidense por meio da recuperação européia, tendo em vista que o continente era o principal destino das mercadorias do país. (CORREA, 2010)

Durante a Guerra Fria, o cenário internacional ficou caracterizado por um sistema bipolar, no qual a cooperação internacional foi utilizada como ferramenta de exercício de influência nos blocos de países alinhados. Cada bloco auxiliava de alguma forma seus aliados a fim de evitar interesse para com o regime oposto. Além da Guerra Fria, o processo de descolonização na África e Ásia teve grande influência no surgimento do Sistema de Cooperação Internacional (SCI). O vínculo histórico estabelecido entre ex metrópoles e colônias influenciou o estabelecimento de atividades de cooperação internacional entre Europa, Ásia e África. (LOPES, 2008)

Por fim, talvez o grande marco para a consolidação do Sistema de Cooperação Internacional tenha sido a globalização. A ascensão do processo de globalização no período pós guerra fria foi de vital importância para o estabelecimento de uma lógica política de multilateralismo. Desta maneira, a globalização auxiliou o firmamento por meio de uma maior integração entre os países. (KEOHANE & NYE, 2000)

Com um Sistema de Cooperação Internacional devidamente

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

estabelecido, é possível relacionar as conferências realizadas durante a década de 1990 como promotoras de temas a serem trabalhados pela cooperação no futuro. Temas como meio-ambiente, sustentabilidade, pobreza passaram a permear as demandas por um modelo de desenvolvimento que não mais se limitava ao viés econômico.

Cooperação Norte-Sul e Sul-Sul

Caracterizada por sustentar uma relação vertical devido à assimetria de poderes entre os países signatários, a Cooperação Norte-Sul normalmente é conduzida pelos países desenvolvidos e por organismos internacionais e, pode ser encaixada na vertente Doador-Receptor. Calcada em uma abordagem metodológica modelo *top-down*, a Cooperação Norte-Sul é alvo de constantes críticas pelo espaço de diálogo limitado ofertado aos países receptores da cooperação. Essa pouca interatividade entre doadores/receptores faz com nem sempre as “reais” necessidades dos países receptores sejam contempladas.

Apesar dessas dificuldades de diálogos, os países receptores aceitam a proposta de cooperação ofertada por necessitarem de melhoria de seus projetos nacionais de desenvolvimento e pela instabilidade de suas instituições. Uma instituição frágil compromete a eficiência de seus operadores, pois na hora da discussão e do planejamento dos programas de cooperação terão capacidade de negociação limitada. (CORREA, 2010)

A natureza das relações assimétricas existente na cooperação internacional é fortemente discutida em 1979 por meio do Relatório de Brandt, que tinha como objetivo a melhoria do relacionamento entre os países do Norte e do Sul. Assim, foi criada a Comissão Independente sobre Questões de Desenvolvimento Internacional para analisar as disparidades econômicas e sociais entre os países e encontrar soluções para esse desafio. O relatório trouxe a possibilidade de correção de dessemelhanças nas relações entre

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

países em desenvolvimento e desenvolvidos. Os países do Sul vêm um crescimento no desenvolvimento por meio da ajuda no setor econômico e com a redução da ingerência nos seus assuntos internos. (JAGUARIBE, 1982)

O Relatório tinha como objetivos: prioridade no atendimento às necessidades dos países mais pobres; combate a pobreza; maior acesso aos mercados dos países desenvolvidos; transferência de tecnologia e observação da conduta das empresas multinacionais; reforma no sistema monetário internacional; poder mundial mais igualitário; novos métodos para o financiamento do desenvolvimento; fortificar as receitas de matérias-primas. No entanto, o Relatório faz mais recomendações do que as desenvolve. Com isso os países em desenvolvimento perceberam uma lógica estanque nas relações de poder norte-sul e buscaram nas relações Sul-Sul uma possibilidade de resistência. (LEITE, 2011)

Com características diferentes da vertente Norte-Sul, a Cooperação Sul-Sul (CSS) é uma forma dos países em desenvolvimento fazerem troca de conhecimento com respeito à suas realidades próprias e distintas. Há divergências quanto ao nascimento da CSS, contudo, a Conferência de Bandung de 1955 é tida como de vital importância para alavancar o ideário de cooperação entre países em desenvolvimento. A Conferência tinha como objetivo reunir países da África e da Ásia com o intuito de discutir sobre a questão do subdesenvolvimento e de conseguir proporcionar um diálogo maior para os países considerados como Terceiro Mundo. (CORREA, 2010)

Além disso, Bandung possuía duas metas: 1) assegurar a paz e a segurança regional e; 2) obter o bem comum e o bem-estar por meio da cooperação econômica, social e cultural. Esses objetivos foram definidos visto que os países em desenvolvimento possuíam interesses mútuos, como o desejo de maior inserção na seara internacional. A coalizão formada entre eles seria uma oportunidade de resistência ante aos interesses de potências centrais. (ESTEVES, 2012)

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

Almejando favorecer a troca de experiências entre países em desenvolvimento, a ONU em 1970, a ONU propõe a criação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) ou cooperação horizontal. Em 1978, o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) foi feito com o intuito de dar mais intensidade no crescimento da cooperação entre os países em desenvolvimento. (BRASIL, 2013)

Cooperação Triangular

A Cooperação Triangular ou Trilateral é aquela composta por uma parceira entre dois governos ou entre um governo e um organismo internacional que visa beneficiar um país em desenvolvimento. A parceira entre os dois governos pode ser feita entre um governo de Cooperação Norte-Sul e um governo de Cooperação Sul-Sul ou parceira exclusivamente de governos que prestam Cooperação Sul-Sul. Já a parceira entre um governo e um organismo internacional se dá por um governo de Cooperação Sul-Sul. (CORREA, 2010)

A triangulação é uma forma de complementação das ações da cooperação Sul-Sul por se aproximar do parâmetro de concepção desta cooperação. Isso porque que a cooperação triangular visa o intercâmbio de tecnológica e compartilhamento de conhecimento sem a imposição de condicionalidades; transferência de experiências; centralizar as vantagens comparativas resultadas da CSS etc.

Cooperação Sul-Sul Brasileira

A idéia brasileira de cooperação começou por volta dos anos 1960 quando prevalecia na sociedade internacional um sistema bipolar cujos principais atores eram Estados Unidos e União Soviética. A fim de propor

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

alternativas à hegemonia dessas potências, o Brasil juntamente com outros países em desenvolvimento, propuseram a criação da Nova Ordem Econômica Internacional, que almejava um maior inclusão dos países nos processos de governança global.

Além disso, o Brasil vislumbrou na Cooperação Técnica Internacional (CTI) a possibilidade de promoção do desenvolvimento do país em moldes distintos dos paradigmáticos. A CTI, de acordo com a Agência Brasileira de Cooperação é uma das vertentes da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento e visa aplicar técnicas para impulsionar mudanças no desenvolvimento dos países cooperados. Essas mudanças refletiriam na capacidade tecnológica, no aprimoramento das instituições além das experiências ganhas a partir da cooperação. (BRASIL, 2013; BRASIL, 2007)

Já existia um grande número de projetos de cooperação tendo o Brasil como beneficiário e, crescia o número de projetos com o Brasil como cooperante. Visto que á época exista somente a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) que exercia funções técnicas e a Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty responsável pelas questões políticas da cooperação, percebeu-se a necessidade de coordenação dessas demandas. Com isso, foi criada a Agência Brasileira de Cooperação, em 1987, como uma junção do SUBIN e da Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty. A Cooperação Técnica Internacional é conduzida pela ABC no âmbito bilateral, multilateral ou horizontal (diz-se Cooperação Sul-Sul). (BRASIL, 2013).

A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento tem sido reconhecida por conta de seus preceitos orientadores, tais como a autodeterminação, a não-intervenção e a solução pacífica de controvérsias. Além disso, essa cooperação não impõe condicionalidades, visto que se baseia em primeiro identificar os anseios do país cooperado. Essa concepção de solidariedade é um dos princípios de cooperação do governo brasileiro. Os princípios da solidariedade, do compartilhamento de experiências, conhecimentos e

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

capacidades são elementos constituintes da cooperação brasileira. O exercício dessas diretrizes em conjunto com a não intervenção nos assuntos internos dos outros países, assim como a ausência de condicionalidades, aumenta cada vez mais a autonomia internacional do país. (BRASIL, 2010)

Essas características distanciam o país da vertente Cooperação Norte-Sul. O Brasil tenta se afastar da concepção de doador e de assistente de ajuda internacional, visto que, esses dois conceitos compreendem a modelos de cooperação assimétricas. A cooperação brasileira tende a oferecer ajuda sem impor condicionalidades e respeitando a soberania dos demais países.. (ROSSI, 2011)

No relatório “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009” é manifestada a semelhança e a diferença entre a CBDI e a AOD. A semelhança faz referência ao objetivo principal do financiamento, o de impulsionar o desenvolvimento econômico e a satisfação do bem-estar na sociedade dos países em desenvolvimento. A diferença consiste em que a Assistência Oficial para o Desenvolvimento registra somente os recursos financeiros das organizações internacionais dos países do Norte, enquanto a Cooperação Brasileira acrescenta os recursos financeiros do Brasil à organizações internacionais do Sul. (BRASIL, 2010)

A instituição responsável por examinar os dados da ajuda internacional do Brasil é o Programa das Nações Unidas (PNUD), tendo em vista que desde 1990 o PNUD elabora um Relatório do Desenvolvimento Humano. Esse relatório visa analisar e aprofundar as questões do desenvolvimento, a fim de informar o público sobre as necessidades de melhoras e as ações efetuadas na política do desenvolvimento. O relatório de 2013, “A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado” demonstra como a mudança econômica dos países em desenvolvimento nos últimos anos foi importante para o avanço do desenvolvimento humano. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está sempre presente nos relatórios, pois ele determina as

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

condições essenciais da sociedade, como o padrão de vida e saúde. O relatório apresenta previsões bastante otimistas quanto ao futuro dos países em desenvolvimento por intermédio da Cooperação Sul-Sul ou como o relatório chama "Ascensão do Sul", que está ganhando intensidade cada vez mais. (MALIK, 2013)

3. Política Externa Brasileira e o Papel da Cooperação Sul – Sul

Histórico da Cooperação Brasil-África

A Cooperação Sul-Sul não é recente. Desde a década de 1960 o Brasil se posiciona como país prestador de cooperação como forma de reduzir as desigualdades existentes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. No que se refere à cooperação brasileira fica claro que, ao longo dos anos que houve uma descontinuidade em relação à política externa africana do Brasil. A importância do continente africano nas relações exteriores do Brasil aprofundou-se com o fim da Segunda Guerra Mundial, a partir dos anos 1960 com o governo de Jânio Quadros.

As relações afro brasileiras, contudo, existem desde a época do Brasil colônia quando os europeus executavam o processo de tráfico de negros para as terras brasileiras. Contudo a aproximação do Brasil com a África resultou em diversas consequências. Nos anos 1950 mais precisamente em 1955, o Brasil promulgou o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal. Esse tratado comprometia o Brasil a consultar Portugal em assuntos que fossem comuns entre os países. Além disso, havia uma cláusula no Tratado que impunha barreiras para o acesso brasileiro às províncias ultramarinas da África. Na época, alguns embaixadores e diplomatas alegavam que o Tratado traria vantagens apenas para Portugal, visto que o Brasil não poderia fazer nada em relação ao continente africano que não tivesse que comunicar aos portugueses. Um exemplo seria a questão da descolonização, para o Itamaraty o Brasil tinha

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

o pensamento de autodeterminação dos povos, porém por estar submetido a Portugal fazia silêncio se ausentando dessa questão. (FILHO & LESSA, 2010)

Antes da Segunda Guerra Mundial o conhecimento sobre o continente africano era precário, contudo o pós guerra trouxe uma modificação nesse contexto. É criada em 1961 no Itamaraty a Divisão da África, como forma de redefinir o posicionamento brasileiro em relação ao continente. A entrada de Jânio Quadros na presidência iria converter esse cenário para uma aproximação com a África através da Política Externa Independente (PEI), que continuou sendo a base para a política externa no governo de João Goulart. A PEI visava à reorientação da política externa brasileira e para Quadros isso incluía uma reaproximação com a África, não deixando de lado a política com os EUA, porém esta última seria menos cobiçada para o então presidente. Contudo, dentro do governo Quadros/Goulart havia uma discórdia entre aqueles que eram considerados “americanistas” e os “nacional-desenvolvimentistas”.. (LEITE, 2011)

O governo de Quadros e de seu sucessor Goulart priorizou a região da África Negra, visto que essa região era considerada como forte concorrente dos produtos brasileiros. A solução encontrada pelo governante brasileiro foi a de conceber relações bilaterais com a África Negra como forma de aumentar o mercado e desenvolver o setor econômico. No entanto, tanto Quadros quanto Goulart tiveram dificuldade na implementação da PEI e em sua continuidade, visto que o partido que deu apoio e que ajudou na eleição de Quadros, a União Democrática Nacional (UDN) não concordava com o viés da Política Externa Independente, a UDN queria dar continuidade às relações com os Estados Unidos. (SARAIVA, 1996)

A relação com a África do Sul também foi intensa durante o governo Quadros/Goulart. O início dessa relação foi um pouco conturbada pelo fato da África Negra ser composta por países que eram contra o *apartheid*, visto que esse era o sistema de política racial que a África do Sul utilizava. O Brasil até

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

então utilizava o argumento da não-inteevernção como forma a justificar o posicionamento em relação a essa questão, além dos fatores comerciais que ligavam o Brasil a África do Sul. Contudo, em 1963, no Conselho de Segurança da ONU (CSNU) o Brasil votou contra o *apartheid* e contra a discriminação racial. (LEITE, 2011)

A questão da Angola também teve empecilhos nessa época, visto que esse país era considerado uma das colônias mais ricas de Portugal. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi criado com o intuito de combater as políticas portuguesas que ali predominavam. A manifestação brasileira em favor da independência angolana sofreu críticas e levou um tempo para o Brasil colocar-se à frente das relações com Angola. Esse posicionamento brasileiro passaria dos limites do Tratado de Amizade, tendo em vista que para Portugal o Brasil estaria descumprindo o acordo a partir do momento em que não consultava os portugueses sobre a posição tomada. (SARAIVA, 1996)

Durante o período militar houve um esfriamento da relação do Brasil com o continente africano. Isso ocorreu porque para Castello Branco, a política externa do país deveria voltar a ter contato com Portugal, para assim criar uma comunidade afro-luso-brasileira, composta por Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, visto que para muitos a relação do Brasil com a África só foi possível devido à influência portuguesa. Além disso, Castello via a necessidade de dar mais atenção ao Ocidente e principalmente ao retorno da política brasileira com a norte-americana. (CERVO & BUENO, 2002)

Costa e Silva, o segundo presidente no regime militar, não deu continuidade à política externa de Castello. Foi ditada a Diplomacia da Prosperidade que tinha viés parecido com a Política Externa Independente de Quadros, o desenvolvimento nacional através da política externa que visava à expansão do comércio e o diálogo com outros países, incluindo países em

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

desenvolvimento. A política externa de Costa e Silva tenderia a promover não só o desenvolvimento do país como ajudaria a diminuir as desigualdades entre os demais países, principalmente os do sul. Além disso, a expansão da economia era um dos principais fatores desse governo, que só seria possível através de uma balança favorável entre a política interna e externa do país. (VIZENTINI, 2003)

Entre os últimos presidentes da ditadura militar, Médici, Geisel e Figueiredo, a política externa do Brasil deu continuidade à política africana. Gibson Barbosa, Ministro das Relações Exteriores durante o governo Médici, deu atenção às relações do Brasil com a África Negra, tanto que em 1972 o chanceler visitou nove países da África Negra. Essa região era de grande importância por causa do fator comercial, além disso, a semelhança cultural também era um fator que contribuiu nessa época para a aproximação entre os continentes. Outras missões foram realizadas pelo Itamaraty durante essa gestão e deram abertura para uma maior inserção do comércio e possibilidades para projetos de cooperação. (SARAIVA, 1996)

A política nacionalista de Médici que visava o desenvolvimento interno do país seria implantada através de algumas metas como: modificar as regras internacionais como forma de estancar a diferença de poder; empregar o poder nacional em prol dos países que desejam algum avanço, a partir de crescimento interno; introduzir uma nova ordem econômica mundial com o intuito de que os países desenvolvidos não mantenham o *status quo* e o equilíbrio de poder; dar continuidade às relações solidárias com os países em desenvolvimento e; expandir o universalismo da ação externa. (CERVO & BUENO, 2002)

Assim como Médici, Geisel buscou colocar o Brasil no cenário internacional com postura autônoma, tendo em vista a ruptura com Portugal no que diz respeito às tomadas de decisões perante a África. O país começou a mostrar uma forma independente de realizar sua política externa. As crises do

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

petróleo, em 1973 e 1979, contribuíram para uma aproximação com o continente africano, tendo em vista que a crise atingiu os principais países parceiro do Brasil em relação ao comércio de petróleo. O Brasil achou na África ajuda para sustentar-se na crise, durante o período as importações brasileiras de petróleo chegaram a 70%. Como será mostrado a seguir, tanto as exportações como as importações para o continente africano cresceram nos anos 1970: o Brasil exportou US\$ 60 milhões e importou US\$ 77 milhões em 1970; em 1975, a exportação brasileira foi de US\$ 407 milhões e a importação de US\$ 511 milhões e; em 1979, a exportação chegou a US\$ 67 milhões e a importação a US\$ 463 milhões. (SARAIVA, 1996)

Um exemplo que reflete a autonomia brasileira no cenário internacional no governo, Geisel, foi o reconhecimento da independência de Guiné-Bissau em 1974. Esse ato foi favorável para que outros países africanos tentassem sua independência, visto que o Brasil buscava fazer Portugal aceitar a liberdade desses países. Além disso, a independência de Angola foi reconhecida primeiramente pelo Brasil. A mudança da política africana do Brasil ficava cada vez mais visível devido a esses acontecimentos. (CERVO & BUENO, 2002)

Todos esses acontecimentos no governo Geisel fizeram parte de sua política do "Pragmatismo Responsável", método usado na diplomacia brasileira como forma de guiar a política externa através do desenvolvimento interno e do nacionalismo. Era uma forma de inserir o país no cenário internacional partindo do momento em que a sociedade tenha suas necessidades e seus interesses atendidos. Esse momento do pragmatismo, assim como no governo Médici, foi marcado pelo distanciamento das relações com os EUA. Em 1960, 50% do capital investido no Brasil era oriundo dos EUA, já em 1975 esse número caiu para 32%. (CEVO & BUENO, 2002; SARAIVA, 1996)

Durante seu governo, Geisel apresentou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com vistas a incentivar a industrialização através do

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

processo de substituição de importação. Seria uma forma de tentar aumentar o desenvolvimento do país estimulando a produção de insumos básicos e de bens de capital. Com o país se industrializando o Brasil viu a necessidade de diversificar seus parceiros comerciais para não se tornar independente de um único mercado, principalmente dos EUA. África, Japão, Europa Oriental e Oriente Próximo foram os lugares estratégicos escolhidos pelo país. (FONSECA, 2007)

O governo de Figueiredo (1979-1985) marcado pelo fim do período militar e logo, pela redemocratização do Brasil, também passou pelo momento do segundo choque do petróleo. A crise da dívida afetou a maioria das economias dos países em desenvolvimento, tendo em vista que a revolução científico-tecnológica aumentou as disparidades já existentes. O “universalismo”, ideologia usada por Figueiredo em sua política externa, assemelha-se ao “Pragmatismo Responsável” de Geisel, tendo em vista a aproximação com os países em desenvolvimento a fim de acabar com as medidas econômicas impostas pelos países desenvolvidos. (VIZENTINI, 2003)

O destaque da política externa de Figueiredo foi a elaboração da *pax atlântica*, dando retorno às relações com o continente africano. Dessa política, nasce em 1986, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), como forma a deter a militarização do Atlântico Sul por parte do governo norte-americano, liderado por Reagan. Tendo em vista que Reagan levou a África do Sul a se opor contra a ZPCAS, as relações do Brasil com este país se distanciaram ainda mais. Além do que, o Brasil já havia se posicionado contra o *apartheid*, o que reforçou o afastamento com a África do Sul. José Sarney (1985-1990) deu continuidade às relações com a África. A primeira reunião dos Estados-membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, ocorreu em 1988, no Rio de Janeiro. Com isso, ficou demonstrado a posição de Sarney contra iniciativas de militarizar a área. (SARAIVA, 1996)

A política externa de Fernando Collor de Melo (1990-1992) ficou

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

marcada pela ascensão do neoliberalismo imposto pelo Consenso de Washington. O Consenso foi formulado nos Estados Unidos, em 1989, como uma espécie de medidas econômicas que os demais países, principalmente aos países latino-americanos, deveriam adotar. O principal instrumento do Consenso de Washington seria da redução do Estado nas políticas econômicas. As privatizações, a abertura da economia, redução dos subsídios agrícolas entre outros, eram os princípios do neoliberalismo. (VIZENTINI, 2003)

Por ter aderido às políticas neoliberais, Collor se distanciou do continente africano, tendo em vista que a África entrou em crise por conta de alguns países terem participado do Consenso de Washington. A década de 1990 para África ficou conhecida como "afro-pessimismo". Sem relações comerciais fortes e sem a ajuda eficiente do Banco Mundial e do FMI, o continente africano não conseguiu sobressair na comunidade internacional. Além disso, a política externa do Brasil passou a dar atenção à América Latina, como forma de suprir os investimentos econômicos do país. Isso foi possível através da iniciativa para a criação de uma integração regional em 1991, com o Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Nascia então o Mercosul, que viria a suceder as relações com o continente africano. (SARAIVA, 1996)

O afastamento da política africana do Brasil nessa época pode ser demonstrado pelos dados dos números de embaixadas que o país passou a ter. Em 1973, o Brasil possuía 34 postos na África e em 1993 esse número caiu para 24. Durante seu mandato (1992-1994), Itamar Franco conduziu sua política baseada no nacionalismo. Essa política era voltada para a autonomia e a soberania do país, assim como Itamar apoiava uma intervenção Estatal no plano econômico. A volta da participação do governo na economia seria uma forma de prevenir as privatizações dando ênfase nas instituições e empresas nacionais, evitando assim a concorrência. Itamar deu continuidade a integração do Mercosul, assim como seu governo participou da Rodada Uruguai, que deu origem a Organização Mundial do Comércio (OMC). Em

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

relação à África, o Brasil retomou as relações com a África do Sul, tendo em vista que esse país conseguiu eliminar as políticas do *apartheid*. Entre 1992 e 1994, ou seja, durante o mandato de Itamar, as relações comerciais entre o Brasil e a África do Sul oscilaram entre US\$ 350 e US\$ 400 milhões. (SARAIIVA, 1996; VIZENTINI, 2003)

Política Externa do Governo FHC

Muitos autores dissertam sobre as diferenças entre as diplomacias de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, enfatizando os fatores e objetivos que cada ex-presidente utilizou para formalizar a política externa brasileira. O período do primeiro mandato do governo FHC (1995-2002) deu continuidade às políticas neoliberais introduzidas pelo Consenso de Washington. Fernando Henrique Cardoso direcionou sua política externa no campo da economia, a estratégia para que o Brasil tivesse credibilidade do cenário internacional dependeria da orientação econômica do país. (ALMEIDA, 2004)

As preocupações no cenário internacional mudam conforme a sociedade transforma-se ao longo do tempo e isso vale para a questão da agenda internacional. A globalização trouxe um processo de maior integração entre os países, tornando a interdependência cada vez maior, principalmente o setor econômico. Fernando Henrique Cardoso buscou relacionar-se com países desenvolvidos, tendo em vista que o ideal da credibilidade seria possível através da "autonomia pela participação". Esse viés impulsionou a participação do Brasil em foros internacionais além de adensar as relações com países centrais, independente da assimetria existente. (VIGEVANI, 2007)

No final de seu segundo mandato, FHC começou a fazer uma correção de rumos, tendo em vista os poucos resultados obtidos por sua política no início de seu governo. Os ataques em 11 de setembro de 2001 levaram o

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

presidente Bush a adotar medidas unilaterais, com isso FHC viu a necessidade de integrar o Brasil a outros países como forma de ganhar outros parceiros, tendo em vista o incômodo com o possível crescimento do unilateralismo norte-americano. Com isso, Fernando Henrique Cardoso começou a salientar a relevância da cooperação no cenário internacional como forma de produzir resultados para complexidade econômica do momento. Porém, a cooperação só vai ganhar peso significativo com a política de Lula. (VIGEVANI, 2007)

Contudo, em 1996, Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente brasileiro a visitar a África do Sul. No mesmo ano foi concretizada a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que no início teve dificuldades para seguir em frente devido às divergências entre o Brasil e Portugal sobre as políticas a serem utilizadas e implementadas. Além disso, não havia um consenso entre os membros africanos, tendo em vista que uns países desejavam o auxílio da CPLP para o desenvolvimento dos mesmos e outros queriam apenas priorizar a língua portuguesa. A ideia de uma comunidade entre os países de língua portuguesa vem desde os anos 1989 por iniciativa de José Sarney, quando houve a primeira cimeira dos chefes de Estado e de governo do Brasil, Portugal e países africanos de língua oficial portuguesa. (SARAIVA, 2002; SARAIVA, 1996)

O principal objetivo da CPLP é de manter e intensificar a amizade entre os membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste) através da cooperação entre os mesmos. Os princípios da Comunidade se encaixam em alguns princípios que norteiam a Cooperação Sul-Sul: não ingerência nos assuntos internos, ou seja, o reconhecimento da soberania estatal de cada país; reciprocidade; prioridades como a paz, a democracia, o estado de direito, os direitos humanos e a justiça social; desenvolvimento dos membros e cooperação mútua. Ainda no governo de FHC, foram realizadas quatro Conferências de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Sendo que a quarta Conferência foi realizada no ano de 2002 em Brasília. (CPLP, 2013)

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

No entanto, a CPLP deixou de ter espaço nessa época, tendo em vista que questões que envolviam o Mercosul e relações com países desenvolvidos tinham prioridade da agenda internacional de FHC. (MIYAMOTO, 2009)

A relação africana de maior interesse durante os mandatos de FHC foi com a África do Sul, tendo em vista que em 2002 o país foi considerado como o principal parceiro econômico do Brasil. A África do Sul exportou ao Brasil cerca de 40% e importou 15% dos produtos brasileiros. As relações Sul-Sul, no entanto, não passaram da forma de diálogo no governo FHC, tendo maior ênfase durante o governo Lula. Em relação à política africana do Brasil, durante os mandatos de FHC houve pouca consistência, devido não apenas ao foco econômico dado a outras relações como ao Mercosul, mas também à crises e guerra civis que aconteciam nos países recém independentes. A causa da maioria das crises era o fato desses países não terem estrutura e recursos suficiente para conseguir acompanhar o ritmo da globalização. (ALMEIDA, 2004; SARAIVA, 2002)

Política Externa do Governo Lula

A gestão do Presidente Lula da Silva (2003-2010) guiou a política externa brasileira sobre o viés da “autonomia pela diversificação”, ou seja, a inserção do Brasil no cenário internacional a partir da integração do mesmo com diversos parceiros. Um dos motivos da diversificação seria a de reduzir o unilateralismo dos EUA a fim de diminuir as assimetrias entres os países. A partir desse momento a Cooperação Sul-Sul começou a ganhar ênfase. As relações com os Estados Unidos foram mantidas, principalmente as econômicas, porém não eram consideradas importantes, tendo em vista que Lula não queria prender as relações do Brasil com apenas um país. O multilateralismo era um dos focos do ex-presidente, como já foi dito, a intenção era a de pluralizar as parcerias do País. (ALMEIDA, 2004; VIGEVANI,

Artigo original
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro
ISSN: 1809-1261
UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.
2007)

Atualmente, devido à influência da globalização há um desafio para os Estados, uma vez que os mesmos precisam reconhecer que existe uma nova complexidade. Seria a adaptação dos países a nova realidade do cenário internacional, países cada vez mais interligados devido à interdependência econômica entre os mesmos. Essa interdependência eleva as assimetrias entre os países e por conta disso há um incentivo, vindo principalmente do Brasil, para a prestação de ajuda, ou melhor, a cooperação entre os países. Lula enfatizou que esses efeitos negativos da globalização deveriam ser comprimidos. A partir desse momento, países em desenvolvimento viram a necessidade de fazer coalizões entre si. Trocas de experiência entre esses países ajudariam a desenvolver o campo social, econômico e tecnológico. Isso ajudaria a tornar a política interna e externa mais estável, podendo assim aumentar e assegurar a autonomia do país no cenário internacional. (ALMEIDA, 2007)

Inserir o Brasil no cenário internacional e reduzir essa assimetria era um dos focos da política de Lula. Isso seria possível, como já foi dito, através da diversificação de parceiros, principalmente com países subdesenvolvidos e emergentes. China, Índia, África e Rússia foram os principais países que se relacionaram com o Brasil durante o governo Lula, essas relações tiveram início no final do segundo mandato de FHC. Em 2001, o economista Jim O'Neil elaborou o termo BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). Essa expressão foi criada para designar um grupo de países emergentes que possuíam um crescimento econômico e que futuramente poderiam expandir suas economias ultrapassando grandes potências. Os BRICs são um grupo informal, contudo em 2006 a partir da Reunião de Chanceleres, os BRICs passaram a ser reconhecidos como um grupo de estrutura internacional. (MILANI & CARVALHO, 2013; VIGEVANI, 2007)

A integração entre esses quatro países seria uma forma de conseguir

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

maior inserção no cenário internacional e nos últimos anos o grupo BRICs tem sido reconhecido pelo êxito econômico. O PIB dos BRICs em 2010 foi de US\$ 11 trilhões, excedendo o PIB dos EUA e da União Europeia. Esse valor já incluía o PIB da África do Sul, que passou a integrar o grupo em 2011. Com a Declaração de Brasília, em junho de 2003, houve a formação oficial do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). A constituição do mesmo teve como impulso as desigualdades entre os países e por isso o fundo tentará promover a inserção dos países membros no cenário internacional a fim de aprofundar as relações com outros países. (IBAS, 2013)

O IBAS é um fundo que tem como objetivo principal providenciar projetos a países de Menor Desenvolvimento Relativos (MDRs) através dos conhecimentos e experiências adquiridas dos países membros. O foco essencial é de reduzir a fome e a pobreza. O fundo recebeu três prêmios por conta de resultados gratificantes: em 2006, ganhou do Programa das Nações Unidas (PNUD) o prêmio "Parceria Sul-Sul para Aliança Sul-Sul"; em 2010, obteve o prêmio "*Millennium Development Goals Awards*", concedido por uma ONG no âmbito dos Objetivos do Milênio e em 2012 recebeu o prêmio "*South-South and Triangular Cooperation Champions Award*", dado pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (ECSS). (IBAS, 2013)

Em 2003, Lula participou da coalizão do G20, grupo formado por 23 países emergentes e em desenvolvimento. A formação do grupo ocorreu devido à insuficiência de Rodadas da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde os países em desenvolvimento tiveram pouca voz para defender seus pontos de vista e propostas. Com o G20 o Brasil conseguiu que muitos dos interesses defendidos pelo grupo fossem atendidos, tendo em vista que seus membros representavam na época 60% da população mundial, 70% da população rural e 26% das exportações agrícolas mundiais. (FERREIRA, 2009)

Durante o governo Lula pôde ser notado o crescimento da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional, tendo em vista o aumento da

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

economia do país. Isso foi possível através de políticas internas eficazes que contribuíram para a redução da desigualdade social. Por conta disso, o país é considerado um dos principais atores a ter a probabilidade de alcançar os Objetivos do Milênio (ODM). (BRASIL, 2010)

Dados do *Le Monde Diplomatique Brasil* no ano de 2011, mostram que o país visa a oferecer mais do que receber ajuda externa. O país recebeu US\$ 1,48 bilhão e doou US\$ 1,88 bilhão no período de 2005 a 2009. Com isso, o Brasil passou a remeter dinheiro para o Banco Mundial e para o Fundo Monetário Internacional (FMI) para que através desses fosse possível a execução da cooperação internacional. (ROSSI, 2011)

No governo Lula, ficou explícita a participação e a presença cada vez maior de outros setores e agências domésticas nas questões internacionais. Esses novos atores passaram a ter ingerências nos assuntos externos fazendo com que a margem de manobra do país no cenário internacional aumentasse. Com isso, o Brasil foi reconhecido por sua expertise na integração com instituições nacionais para os assuntos de política externa. A Cooperação Técnica Internacional (CTI), mencionada no primeiro capítulo, é a direção de cooperação que o Brasil mais utiliza. A partir da CTI, os países cooperados passam a ter ingresso a tecnologias, experiências, conhecimentos e capacitação. (BRASIL, 2010 ; BRASIL, 2007)

No ano de 2010, 600 ações de projetos de cooperação técnica foram concluídas. Os principais receptores dessas ações, entre 2003 e 2010, foram à África e a América Latina, que adquiriram US\$ 40 milhões e US\$ 29 milhões, respectivamente. No caso da África houve um aumento substancial, em 2002 havia 21 projetos em 6 países africanos, enquanto em 2010 esse número subiu para 300 projetos em 38 países. Moçambique, Timor-Leste, Guiné-Bissau e Haiti foram os principais beneficiados. Foi durante o governo Lula que o auxílio para a Cooperação Técnica Internacional cresceu. Em 2003, a avaliação da ABC calculou o orçamento estimado em R\$ 4,5 milhões e em 2011 esse

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

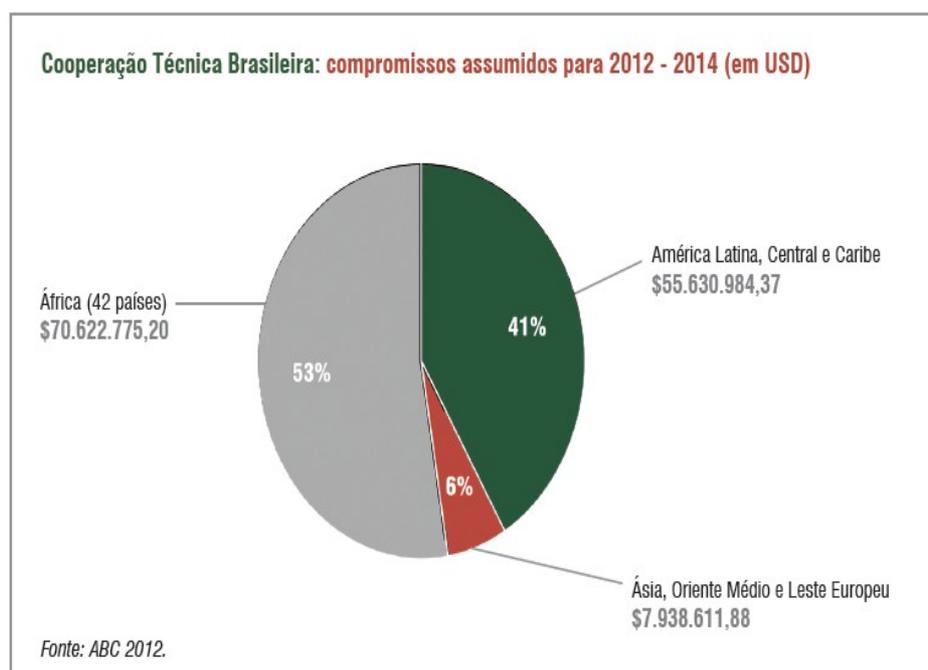
ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

número passou para R\$ 52 milhões. Segundo o IPEA, entre 2005 e 2009, o total do orçamento dos recursos da Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional em valores correntes, ultrapassa R\$ 2 bilhões. (ROSSI, 2011)

Dentre as modalidades analisadas para esse orçamento, a avaliação da Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica foi mais de R\$ 252 milhões. E a Cooperação para a Assistência Humanitária ganhou um novo patamar nas modalidades de cooperação. Isso foi possível, através do resultado do orçamento que em 2009 deu um salto e alcançou mais de R\$ 87 milhões, 73 vezes maior que o valor obtido em 2005. O continente africano obteve cerca da metade dos recursos da cooperação técnica brasileira até 2011. Países como Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde adquiriram a maior parte dos investimentos. Logo depois a América Latina que recebeu 40% dos recursos e com 11% vem a Ásia e o Oriente Médio. (BRASIL, 2010 ; MATEOS, 2011)

Gráfico 1: Nota Estratégica



Fonte: Brasil (2010)

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

A política externa de Lula tinha uma orientação voltada para o viés do Pragmatismo de Geisel, dando importância às relações com países em desenvolvimento, principalmente ao continente africano, como mencionado anteriormente e em destaque os países lusófonos. Ao contrário de FHC, Luis Inácio Lula da Silva concedeu importância aos países de língua portuguesa. A atenção dada a esses países foi uma forma de colocar o Brasil à frente na CPLP, tendo em vista que o país, seguido por Portugal, tem mais chances de auxiliar no desenvolvimento dos outros membros.(MIYAMOTO, 2009 ; VIGEVANI, 2007)

O interesse nos países lusófonos também se destaca tendo em vista que nessa região há presença de muitos recursos naturais como petróleo, gás, carvão e minério de ferro tornando as exportações brasileiras mais competitivas. Empresas como Vale, Petrobrás, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht têm forte presença de construtores e profissionais para investirem no desenvolvimento desses países como forma de garantir a expansão do mercado brasileiro.(SCHELLER, 2013)

Além disso, junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa seria mais fácil do Brasil conseguir atingir interesses que sozinho seria difícil obter. Em relação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nos últimos anos houve um crescimento na dinâmica entre o Brasil e a CPLP, devido à intensidade com que a Agência Brasileira de Cooperação vem trabalhando em projetos de Cooperação Sul-Sul que envolvem os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Durante seu governo Lula inaugurou 19 embaixadas na África, totalizando hoje em 37 postos dos 54 países africanos. Desde o seu primeiro mandato, em 2003, até o comando de Dilma foram estabelecidos 17 postos em Brasília, totalizando 33 embaixadas com às demais já estabelecidas. Em relação à política africana durante o governo Lula, fica claro uma reaproximação com o continente. Não só devido á importância política e econômica, mas cultural também. A proximidade cultural com a região africana advém do tráfico de escravos. (COELIN, 2011; FELLETY, 2011; MIYAMOTO,

Artigo original
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro
ISSN: 1809-1261
UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.
2009)

A escravidão consistia na relação comercial com a região, tendo em vista que servia como uma forma de suprir a sociedade brasileira. Durante a administração de Lula, percebeu-se a importância dos povos africanos para o Brasil. A escravidão deixou milhares de africanos no país, fazendo com que os mesmos participassem no desenvolvimento da constituição da população brasileira. (MIYAMOTO, 2009)

A política africana de Lula mostrou que o Brasil tem características próprias nas relações com outros países. Isso se deve a intensidade que a política brasileira tem dado à Cooperação Sul-Sul. Além do propósito de desenvolvimento, a Cooperação Sul-Sul tem um viés de interesse para o próprio Brasil, como mencionado, assegurar o mercado nessa região como forma a aumentar o comércio dos bens manufaturados brasileiros e desenvolver vantagens comparativas.

Outro interesse do Brasil por detrás de projetos de CSS é o de garantir uma maior inserção internacional. Isso seria possível através de relações estratégicas com a África do Sul, Índia e China. Um exemplo da interação com esses países foi o apoio que os mesmos, precisamente o grupo BRICS, deram para a eleição em maio de 2013, ao diplomata Roberto Azevêdo para o cargo de diretor-geral da OMC. Além dos BRICS, Azevêdo teve apoio de alguns países da América Latina, da Ásia e da África, incluindo os países de língua portuguesa com exceção de São Tomé e Príncipe e do Timor Leste que não são membros da OMC. (GIRALDI, 2013; SARAIVA, 2012)

A candidatura do embaixador brasileiro demonstra que as relações com os países em desenvolvimento via CSS vêm trazendo vantagens não só para os países cooperados, como também para a política externa brasileira. A partir do momento que o Brasil apresenta parcerias fortes e com resultados significativos com esses países, torna-se mais fácil de conseguir um espaço e ganhar destaque na conjuntura internacional. E esse é um dos principais

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

interesses da política externa brasileira.

4. Modelo de Cooperação Internacional com a África

Projetos na vertente Sul-Sul vêm sendo reconhecidos pelo desempenho do Brasil na realização dessa linha de cooperação. Nesse caso, o caminho a ser seguido é a do país cooperante levar *know-how* a fim de ensinar as pessoas que participam do projeto a terem capacidade para dar continuidade ao objetivo do mesmo e assim transferir às experiências adquiridas para outras pessoas e assim por diante. Essa última premissa pode ser vista no projeto “Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique”, que é um exemplo de programa voltado para a vertente da Cooperação Sul-Sul brasileira. A cooperação brasileira para o desenvolvimento se baseia no princípio da horizontalidade, ou seja, fundamenta-se na solidariedade, no respeito à soberania, na troca de experiências, entre outros.

É por meio da Cooperação Técnica Internacional (CTI) que o Brasil promove programas de cooperação. A CTI pode ser realizada bilateral ou multilateralmente e é conduzida a partir do momento em que o país demandante apresenta ao Brasil a procura pela cooperação. O projeto citado foi desenvolvido através da iniciativa da ABC que junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), montou e levou uma equipe técnica para Maputo com o intuito de “identificar demandas de capacitação do governo de Moçambique na área de administração pública, reconhecer a infraestrutura existente para realização de cursos presenciais e à distância e elaborar um projeto de cooperação técnica em conjunto com técnicos moçambicanos do Ministério da Função Pública (MFP)”. (ENAP, 2012)

Os principais objetivos do projeto são: o aprimoramento de políticas públicas e de recursos governamentais em setores estratégicos, a partir do desenvolvimento da capacitação de servidores públicos moçambicanos da área de administração pública; e o fortalecimento das instituições, principalmente do Instituto Superior de Administração Pública de Moçambique (ISAP), através

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

do intercâmbio de atividades. Isso seria possível através da transferência de experiências na área administrativa e logística, a fim de pôr em prática cursos e oficinas relacionadas ao progresso dos funcionários do ISAP. Com o fortalecimento institucional será possível desenvolver funcionários moçambicanos capazes de prepararem cursos e oficinas com o intuito de repassarem o que foi aprendido. Seria uma forma de engajamento de lideranças, o ISAP seria apto para adotar posições em problemas relacionados ao desenvolvimento de profissionais em administração pública e gestores públicos. (BRASIL, 2012)

Com vigência de 24/04/2010 a 10/12/2012, foi realizado em junho de 2012 o Relatório de Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique. Para realizar a avaliação, deve ser entregue à ABC o Projeto de Cooperação Técnica (PCT). O PCT é a matriz para que a análise seja feita, tendo em vista que o mesmo deve abranger por escrito: a identificação do projeto; a justificativa; os objetivos e resultados; o plano de trabalho; a cooperação externa solicitada; a contrapartida oferecida e os anexos. No relatório de avaliação sobre projetos de Cooperação Sul-Sul, a ABC responsável por tal avaliação, analisa os resultados obtidos e seus impactos em cima do PCT, com o intuito de saber se os objetivos foram alcançados e se houve resultados diferentes além dos esperados. Além disso, a Agência Brasileira de Cooperação executa missões ao país cooperado com a finalidade de recolher dados e informações que contribuam para a pesquisa. (ENAP, 2012)

Para a avaliação do projeto de “Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique”, a ABC fez uma pesquisa através de entrevistas presenciais e a distância, esta última realizada via internet. As pessoas entrevistadas eram brasileiros e moçambicanos, ambas envolvidas no projeto. Deve haver o registro dos dados coletados e das análises feitas com o intuito de mostrar ao público os resultados alcançados pelas instituições e pelo governo. Espera-se apresentar a eficiência e os pontos positivos atingidos e

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

não o contrário. Além disso, a partir do momento que há a demonstração dos resultados do projeto para a sociedade, a mesma começa a acreditar na capacidade das políticas públicas e passa a ter um maior interesse em participar de projetos. (BRASIL, 2012; ENAP, 2012)

Primeiramente, foi feita uma análise dos indicadores sugeridos pelo projeto a fim de saber o desempenho dos mesmos. Para essa avaliação foram consideradas as percepções individuais. O resultado mostrou que os dois principais objetivos foram alcançados.

Tabela : Objetivos do Projeto

OBJETIVOS DO PROJETO	INDICADOR	DESEMPENHO
Fortalecimento do ISAP na formulação e implementação de cursos e oficinas	CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	100%
	INCREMENTO DO NÚMERO DE ALUNOS DO ISAP	134%
	INCREMENTO NA OFERTA DE CURSOS DO ISAP	189%
	% DE CURSOS EM REVISÃO	SEM DADOS
	INCREMENTO DO NÚMERO DE PROPOSTAS NOVOS CURSOS	SEM DADOS
	NÍVEL DE QUALIDADE NA LOGÍSTICA DOS CURSOS DO ISAP	67%
Aplicação dos conteúdos dos cursos	CAPACIDADE DE DESENHAR NOVOS CURSOS	100%
	CAPACIDADE DE DESENHAR PROGRAMAS DE GOVERNO	100%
	CAPACIDADE FACILITAÇÃO DE CURSOS	100%
	NÍVEL DE APLICAÇÃO DOS CONTEÚDOS DOS CURSOS	90%
	NÍVEL DE ALINHAMENTO DOS CURSOS À REFORMA DO ESTADO	100%
Relevância dos conteúdos dos cursos ao trabalho dos participantes	NÍVEL DE APLICABILIDADE DOS CONTEÚDOS	95%
Satisfação com o curso	NÍVEL DE SATISFAÇÃO	100%
Melhoria do processo de organização das turmas	NÍVEL DE QUALIDADE NA LOGÍSTICA DAS TURMAS DO PROJETO	82%
Aprendizados de boas práticas de gestão de cursos	NÍVEL DE APLICABILIDADE DAS PRÁTICAS DE GESTÃO DE CURSOS OBSERVADAS NA ENAP	67%
Melhor interlocução entre os parceiros do projeto	NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM A INTERLOCUÇÃO [ENAP / ABC]	75%
	NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM A INTERLOCUÇÃO [ENAP / ISAP]	64%
Engajamento das lideranças do projeto	NÍVEL DE IMPORTÂNCIA DO PROJETO PARA A LIDERANÇA	100%
	NÍVEL DE ENGAJAMENTO NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO	73%

Fonte: Brasil (2012)

Depois foi realizada uma pesquisa através de questionários em cima das perspectivas de cada instituição e dos dois governos participantes para saber do desempenho do projeto. Entre eles: atores envolvidos do ISAP e do Instituto de Informação de Administração Pública e Autárquica (IFAPA); participantes dos cursos; dirigentes do Ministério da Função Pública; coordenação do projeto na ENAP e a ABC. Os resultados provenientes de um projeto são importantes para mostrar se os objetivos do mesmo foram

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

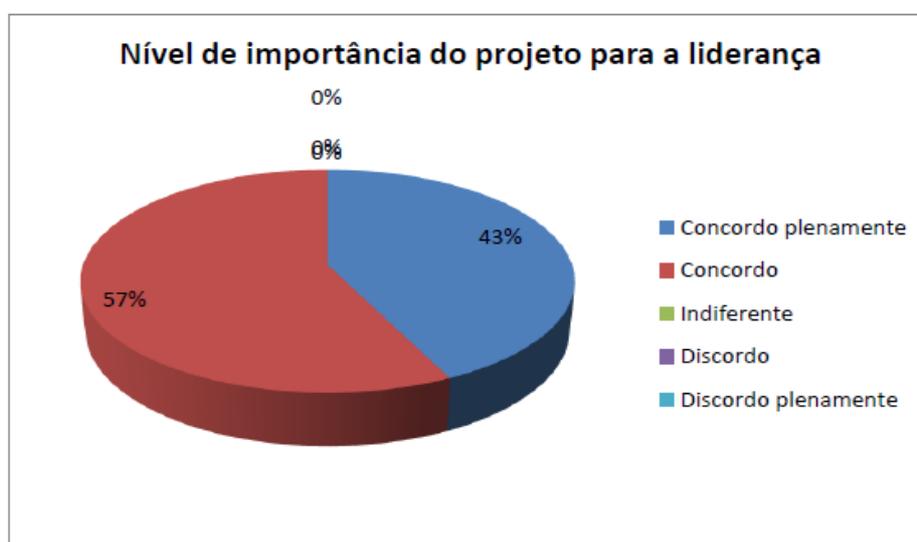
ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

alcançados e se houve respostas diferentes das esperadas. Vale ressaltar que, a partir do momento em que um resultado é adquirido, os atores envolvidos no projeto deixam de interferir diretamente para que ações externas intervenham nos resultados. As ações externas são importantes para ver se os resultados obtidos conseguirão caminhar futuramente. (ENAP, 2012)

Para o projeto “Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique”, a análise dos resultados foi realizada, como mencionado anteriormente, através de pesquisas. A conclusão que pôde ser tirada dessa pesquisa foi a de que houve um engajamento das lideranças envolvidas e isso foi demonstrado a partir de argumentos de alguns atores precisamente do ISAP, principal instituto beneficiário da cooperação. (ENAP, 2012)

Gráfico : Nível de Importância do Projeto para a Liderança



Fonte: Brasil (2012)

Além disso, o Brasil procurou primeiramente conhecer quais eram as demandas de Moçambique Para os atores do ISAP, envolvidos no programa, o nível de importância do projeto para a liderança foi elevado, tendo em vista que mais da metade concordou com a relevância do mesmo. Algumas considerações feitas acerca dessa posição foram que: os cursos planejados para o programa se direcionaram para os interesses do Estado moçambicano; a formação de formadores foi de grande importância para que a realização dos

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

resultados fosse a longo prazo; o ISAP possuindo ações conjuntas com o Ministério da Função Pública de Moçambique, possibilitou que o próprio fortalecimento tivesse impacto no MFP; os cursos foram de grande interesse para o Instituto de Informação de Administração Pública e Autárquica entre outros. (ENAP, 2012)

Outra pesquisa elaborada foi sobre o nível de engajamento para a implementação do projeto. Para essa análise foi feita uma avaliação sobre a perspectiva de cada instituição, do ISAP, do MFP e da ENAP. É percebido que mais da metade em ambos os casos concordaram ou concordaram plenamente. A consideração conjunta foi que 73% foram a favor e 27% não consentiram. Para a análise em questão foram feitas as seguintes considerações: o fortalecimento do ISAP e da ENAP foi possível graças a trocas de experiências entre os mesmos; o objetivo do projeto de fortalecer capacidade institucional do ISAP foi alcançado, tendo em vista a participação efetiva dos servidores públicos; houve somente uma ação sem impacto direto entre outros. (ENAP, 2012)

O resultado positivo do nível de engajamento do projeto obteve impacto significativo devido à capacitação dos servidores públicos de Moçambique através da transferência de conhecimentos. O Brasil espera que esses servidores repassem as informações adquiridas ao resto da população como forma de continuar promovendo o desenvolvimento do ISAP e de outras instituições. O ISAP requisitou uma segunda fase do projeto que ainda não foi concedida por conta da conjuntura de restrição financeira atual da ABC. Ademais, a demanda do ISAP está na pauta da ABC para atendimento próximo. No entanto, a instituição vem desempenhando seu papel através dos conhecimentos adquiridos pelo projeto.

A cooperação internacional brasileira, como foi dito nos capítulos anteriores, é direcionada e administrada pela Agência Brasileira de Cooperação. Portanto, o desenvolvimento e o andamento da cooperação só

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

serão feitos com o fortalecimento da ABC. Os projetos são desenvolvidos por funcionários do Estado, no entanto, não existe um setor na ABC para pessoas capacitadas nessa área. Um dos problemas a ser resolvido na gestão Dilma para frente é a construção de um setor fixo para essas pessoas. Ademais, é o governo que disponibiliza os recursos orçamentários à ABC. Em julho de 2012 foi realizada uma pesquisa e estimou-se o orçamento da ABC em R\$ 36 milhões, sendo que o necessário para arcar com as despesas para programas de cooperação seria no mínimo R\$ 500 milhões. E percebe-se que está havendo um corte orçamentário durante o governo Dilma, isso explica a restrição financeira da ABC mencionada acima. (COSTA, 2012)

Como pode ser visto a gestão do projeto assim como sua eficiência em conseguir alcançar seus objetivos e a interlocução entre as agências brasileiras e moçambicanas mostram um exemplo de Cooperação Sul-Sul bem sucedida. Porém, esta é apenas a análise de um projeto dentre muitos, ou seja, não pode haver uma generalização de que todos os programas de CSS realizados pelo Brasil obtenham resultados positivos, mas o que o Brasil quer mostrar é que o país está disposto a tentar aumentar a eficácia da CSS.

A cooperação prestada brasileira, como mencionado nos capítulos anteriores, possui uma vertente horizontal procurando capacitar às pessoas do país cooperado através da transferência de conhecimentos. Ademais, essa horizontalidade apresenta características que os países cooperantes devem seguir como: “ouvir”, “perguntar” e “conhecer” o país cooperado antes de “concluir” ou “oferecer” (CORREA, 2010)

No próprio relatório de avaliação é mencionada a importância do impacto dos resultados obtidos no projeto, demonstrando que o mesmo seguiu a linha de uma CTI. Isso demonstra aos demais países em desenvolvimento o empenho do Brasil em tornar a Cooperação Sul-Sul cada vez mais eficiente. Outra avaliação executada para analisar os resultados do projeto foi sobre a qualidade da cooperação prestada. Vale lembrar que para uma CSS obter bons

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

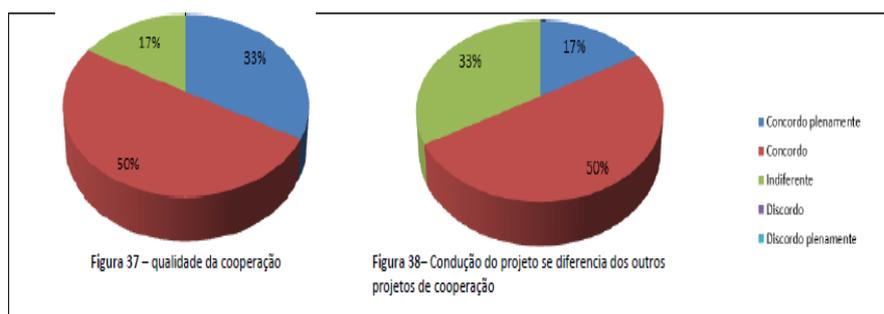
ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

resultados o país cooperante deve seguir iniciativas solidárias; não ingerências nos assuntos internos, ou seja, o respeito à soberania; sem condicionalidades, ou seja, o país deve procurar saber através da sociedade cooperada qual a necessidade da mesma, quais as demandas para o desenvolvimento do país; buscar compreender a realidade da população para que haja consenso na implementação dos programas; desempenhar atividades e cursos sem fins lucrativos; obter resultados com vantagens mútuas etc.

Os entrevistados destacaram alguns aspectos que contribuíram para o resultado positivo da qualidade da cooperação. Entre eles está a afinidade cultural que facilitou o entrosamento dos dois países. O Brasil sempre utilizou a questão cultural como um dos requisitos para a aproximação com o continente africano. Ademais, a cooperação seguiu a vertente horizontal, dando equilíbrio para que os dois países tivessem participação análogas. Isso permitiu uma melhor relação entre os participantes brasileiros e moçambicanos possibilitando a formação de uma equipe bem entrosada, tornando a execução das atividades mais dinâmica. Outro ponto que os moçambicanos destacaram como um diferencial da cooperação brasileira é o modo de avaliação do projeto. Através do mesmo, como já foi mostrado, é possível destacar os pontos positivos e negativos, averiguar o que ainda pode ser feito, expectativas futuras etc. (ENAP, 2012)

Gráfico : Pontos Positivos e Negativos



Fonte: Brasil (2012)

Através de projetos como este, há um interesse de outros países em

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

participar de programas de Cooperação Sul-Sul com o Brasil. O País deve sempre mostrar o interesse em dar continuidade a programas Sul-Sul e tomar cuidado para não praticar atitudes de projetos de Cooperação Norte-Sul. No documento Informes Projetos Moçambique 2012 é mostrado o objetivo principal, a situação e a vigência do projeto. No entanto, esta última pode ser alterada conforme a condição e o nível de andamento do programa. Quando acontece do projeto ser prorrogado por muito tempo é porque houve algum tipo de interrupção, ou por parte da instituição brasileira ou por parte da instituição cooperada. (BRASIL, 2012)

Em alguns casos, principalmente em países africanos com menos desenvolvimento as instituições públicas não são tão eficientes para dar continuidade a programas de cooperação. Muitos desses países possuem instituições ineficazes e escassas de estruturas capazes em dar continuidade aos programas de cooperação implementados. Como mencionado nos capítulos anteriores, o continente africano possui dificuldade em termos econômicos, políticos, sociais e culturais devido à descolonização. Alguns países africanos tiveram dificuldades de se reestruturarem-se e de tornarem-se independentes das ex-metrópoles. Por conta disso, sabemos que várias guerras civis aconteceram.

Crises políticas afetam a estabilidade da sociedade, tornando-a mais vulnerável a questões econômicas, políticas e sociais, podendo assim, ocasionar uma destituição ilegal do Estado. Golpes de Estado dificultam ações de ajuda, impedindo que os programas sejam efetuados ou interrompendo projetos já iniciados. Um projeto não pode ser considerado eficiente se não houver a disseminação do que foi passado durante o percurso do programa para a sociedade cooperada. A prática e a experiência adquiridas devem ser transferidas aos demais, para que assim o país seja capaz de fornecer políticas eficazes para o desenvolvimento do mesmo. Através do conhecimento proporcionado também é possível estimular a sociedade, para que a mesma tente inovar durante o processo de formulação de recursos para o

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

desenvolvimento do país.

Independente da área que um projeto de CSS for atuar, o importante é que ocorra o desenvolvimento do país em determinado ramo atendendo aos interesses nacionais e proporcionando capacidades para que os gestores do programa possam levá-lo adiante de forma independente.

Conclusão

É possível perceber a importância da crescente relação entre o Brasil e o continente africano desde a época da ditadura militar até sua ascensão durante o governo Lula. Um dos motivos que levam o Brasil a aproximar suas relações com países africanos é conseguir um espaço maior inserção internacional. Para a África, obter vantagens mútuas junto ao Brasil além de adquirir conhecimentos e *know-how* para fortalecer o desenvolvimento do país impulsionam o interesse em manter relações com a comunidade brasileira.

A cooperação brasileira tem especial importância no modo como a conduz atualmente, tendo o reconhecimento internacional. A função principal da cooperação internacional é a de promover o desenvolvimento, com o repasse de conhecimento, experiências e tecnologias, que permitam aquele país beneficiário, um desenvolvimento de suas capacidades humanas. É por causa dessa horizontalidade que o Brasil tem atraído o interesse de países de menor desenvolvimento.

A cooperação, para ser um instrumento de desenvolvimento de fato, não pode gerar novas dependências, mais sim uma postura de parcerias para que os países possam se desenvolver livremente, a partir de uma perspectiva não colonial, e sim horizontal. Ademais, essa cooperação deve ter como princípio às necessidades específicas das comunidades locais que tem sua cultura própria e uma cooperação verdadeiramente multicultural. O Estado cooperante não pode determinar quais são os problemas e impor soluções, deve estabelecer uma igualdade entre as partes contratantes, o que reflete uma horizontalidade entre elas. A transitoriedade é um aspecto marcante na

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

cooperação, pois o objetivo é que este país, que recebeu ajuda, possa trilhar sozinho as suas próprias iniciativas.

Além disso, o fato do Brasil em vista da atualidade em face da crise mundial conseguir manter políticas públicas e sociais ativas, também despertou interesses dos países em desenvolvimento. Contudo, ficou evidenciado neste projeto que a vertente de Cooperação Norte-Sul recebe inúmeras críticas, tendo em vista que o país doador investe em objetivos de curto prazo e que não produzam nenhum impacto no desenvolvimento do país receptor.

Ainda na linha vertical, muitas cooperações técnicas têm se restringindo em capacitar individualmente e não coletivamente, como seria desejado para que ocorra uma transformação na sociedade local. Dessa forma, para que haja cooperação é necessário que os governos tenham suficiente habilidade para harmonizar interesses conflitantes, fazendo surgir à cooperação. O projeto analisado, “Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique”, mostrou-se eficaz na realização dos objetivos e dos impactos dos resultados, apresentando ser um projeto efetivo de Cooperação Sul-Sul. No entanto, como foi mencionado no capítulo anterior, não pode haver uma generalização dos projetos, tendo em vista as dificuldades que podem aparecer.

A corrupção, a pobreza e a falta de infraestrutura das instituições do continente africano interrompem a cooperação e transforma as promessas de que cooperação internacional traz benefícios onde quer que se aplique e o ganho de um possível aumento de comércio por políticas sociais. Cortes orçamentários por parte do governo cooperante, como mencionado, podem influenciar no desenvolvimento das atividades dificultando o desenvolvimento do projeto. Nesse sentido, procurou-se evidenciar que a cooperação brasileira é eficiente no objetivo ao qual se propõe, a partir da transferência de conhecimentos e respeito à soberania. Mas, cabe avaliar se o Brasil conseguirá

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro

Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

manter a horizontalidade em suas cooperações daqui para frente.

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA. Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. Revista brasileira de política internacional. vol.47. Brasília. 2004.p.169. Disponível em:

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Brasil e a Cooperação Técnica Internacional. Disponível:

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação Técnica. Programa de Cooperação Técnica Brasil - Moçambique. Projetos em execução e em negociação novembro de 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Cooperação Brasileira para desenvolvimento internacional: 2003-2009. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação. 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica Internacional multilateral e bilateral. ed.3. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação. 2007.

CERVO. Luiz Amado e Clodoaldo Bueno. Historia da Política Exterior do Brasil.ed.2.Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2002

COELIN.Saulo Arantes.O Brasil na CPLP.Uma modalidade de cooperação Sul-Sul.

CORRÊA, Márcio Lopes. Prática Comentada da Cooperação Internacional. 1.ed. Brasília: Autor, 2010.

ESTEVES et al. A cooperação para o desenvolvimento, Os BRICS e a política externa brasileira. ago.2012.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

FERREIRA, Walace. Política Externa do Governo Lula: Coalizões do Sul como alternativa Multilateral. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 100-125, jan.-jun. 2009

FILHO. Pio Penna e LESSA. Antônio Carlos Moraes. Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. Revista Estudos Históricos, Brasil, 1, jan. 2010.

JAGUARIBE et al. Leituras de Política Internacional. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1982.

KEOHANE, Robert O. & NYE Joseph. Globalization: What's New? What's Not? (And So What?) In: Foreign Policy. N.118, Spring 2000. Pg 104-119

LEITE, Patrícia Soares. O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. ed.1. Fundação Alexandre Gusmão. 2011. p.72.

LOPES, Luara Landulpho Alves. A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento da Agência Brasileira de Cooperação: o Brasil como doador. Trabalho de Dissertação, ago.2008.

MALIK.Khalid. Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

ROSSI.Amanda. Brasil, um país doador. 1 abr.2011.Le Monde Diplomatique Brasil.

SARAIVA. José Flávio Sombra. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. Revista brasileira política internacional.vol.45.Brasília.2002.

SARAIVA, .José Flavio Sombra. O lugar na África. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1996.

SHELLER. Fernando. Empresas brasileiras vão à luta na África. Estadão.03nov.2013.

VIGEVANI. Tullo e Gabriel Cepaluni. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da autonomia pela Diversificação. Contexto internacional. vol.29.Rio de Janeiro.2007. p.286.

VIZENTINI.Paulo Fagundes. Relações internacionais do Brasil de Vargas a Lula.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 13, 2014, pp. 60-98.

São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003